

**ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA  
DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E  
COM GARANTIA FLUTUANTE, DA COMPANHIA  
ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**

Pelo presente instrumento,

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**, com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Avenida Colares Moreira, nº 477, inscrita no CNPJ sob nº 06.272.793/0001-84, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSORA"); e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro 99, 16º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 15.227.994/0001-50, nomeada nesta Escritura e nela Interviente como Agente Fiduciário representando a comunhão de debenturistas ("Debenturistas" ou "Debenturista", quando referidos no singular), titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures"), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, (doravante simplesmente denominada "AGENTE FIDUCIÁRIO");

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E COM GARANTIA FLUTUANTE, DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR ("Escritura"), conforme as seguintes cláusulas e condições:

**I  
DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações e autorizações (i) das Assembléias Gerais Extraordinárias de Acionistas da EMISSORA realizadas em 30 de abril de 2004 e 25 de agosto de 2004 ("AGEs"), e (ii) das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA realizadas em 09 de junho de 2004 e 25 de agosto de 2004 ("RCAs"), cujas atas foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Maranhão e publicadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão e nos jornais Valor Econômico e Estado do Maranhão.

**II  
DOS REQUISITOS**

2.1. A efetiva emissão das Debêntures ("Emissão") está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:



legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado; (iii) organizar empresas subsidiárias para exploração de sistemas elétricos de geração de energia, dentro da área de concessão outorgada pela União e (iv) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, independentemente de sua atividade.

### **3.2. Número da Emissão**

A Emissão constitui a segunda emissão pública de debêntures da EMISSORA.

### **3.3. Série**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.4. Montante Líquido da Emissão**

O montante líquido da Emissão, deduzido o valor do prêmio, é de R\$ R\$ 73.642.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais).

### **3.5. Limite da Emissão**

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.

### **3.6. Colocação, Procedimento e Negociação**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação do Banco Pactual S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários para negociação no mercado de balcão organizado ("Banco Coordenador"), mediante os termos e condições previstos na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03"), privilegiando conforme o item 3.6.2, independentemente de qualquer ordem cronológica, as instituições financeiras e os investidores titulares dos créditos descritos na Cláusula 4.3.3 abaixo.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser subscritas mediante utilização de créditos detidos contra EMISSORA, conforme disposto na cláusula 4.3.3 abaixo, sendo certo que o investidor que desejar subscrever as Debêntures deverá, no momento da subscrição, declarar que:

a) tem conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar os riscos e o conteúdo da oferta e que é capaz de assumir tais riscos;

b) teve amplo acesso às informações que julgou necessárias e suficientes para a decisão de investimento, notadamente aquelas normalmente fornecidas no prospecto, e, inclusive, tem conhecimento da atual situação econômico-financeira da EMISSORA;

c) tem conhecimento de que a Emissão se trata de hipótese de dispensa de requisitos, dentre eles o prospecto da Emissão; e

d) caso pretenda vender as Debêntures a investidores não qualificados antes de completados 18 (dezoito) meses do encerramento da distribuição somente poderá fazê-lo se obtendo previamente o registro de negociação em mercado, a que se refere o art. 21 da Lei nº 6.385, de 1976, salvo se os valores mobiliários adquiridos se enquadrarem nas hipóteses do § 1º do art. 2º da Instrução CVM nº 400/03.

3.6.3. No mercado primário, as Debêntures serão registradas no SDT. No mercado secundário, as Debêntures serão registradas para negociação no SND, observado entretanto que, em decorrência do disposto na Cláusula 3.6.2 acima, durante o prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de encerramento da distribuição das Debêntures, a CETIP manterá sistema de controle de negociação das Debêntures para garantir que elas somente sejam objeto de negociações entre investidores qualificados, observado o disposto na Cláusula 3.6.2 (d) acima.

### **3.7. Certificados das Debêntures**

A EMISSORA não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema.

### **3.8. Destinação dos Recursos**

3.8.1. Conforme estabelecido na cláusula 4.3.3 abaixo, as Debêntures somente serão integralizadas mediante utilização de créditos contra a EMISSORA, os quais serão imediatamente cancelados pela EMISSORA.

3.8.2. Na hipótese de colocação parcial das Debêntures, a EMISSORA procederá da mesma forma descrita na cláusula 3.8.1 acima, cancelando os créditos detidos contra ela que forem utilizados para a subscrição das Debêntures.

### **3.9. Direito de Preferência**

Conforme autorizado pelo artigo 172 da Lei 6.404/76 e pelo art. 5º, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Emissora, não haverá direito de preferência para os acionistas da EMISSORA na subscrição das Debêntures.

## IV DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as características adiante especificadas e serão emitidas de acordo com as seguintes condições:

### 4.1. Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo o valor nominal total de R\$ 73.642.000,00 (setenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil reais).

### 4.2. Prêmio

4.2.1. As Debêntures serão emitidas com prêmio de emissão unitário de R\$ 2.223,0717 (dois mil, duzentos e vinte e três reais e sete centavos) ("Prêmio de Emissão Unitário"), perfazendo o prêmio de emissão total de R\$ 163.711.446,13 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e onze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e treze centavos).

4.2.2. Nos termos do artigo 182, § 1º, letra (c), da Lei 6.404/76, o prêmio recebido na emissão das debêntures será contabilizado em conta de reserva de capital, somente podendo ser utilizado nas hipóteses e para os fins previstos no artigo 200 da mesma Lei.

### 4.3. Preço de Emissão Unitário, Subscrição e Integralização

4.3.1. Cada Debênture terá o Preço de Emissão Unitário de R\$ 3.223,0717 (três mil, duzentos e vinte e três reais e sete centavos), resultado da soma do seu Valor Nominal Unitário com o Prêmio de Emissão Unitário.

4.3.2. O Preço de Emissão Unitário (e, portanto, o Valor Nominal Unitário e Prêmio de Emissão Unitário, proporcionalmente) deverá ser atualizado de acordo com a variação apresentada da taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"), a partir de 29 de fevereiro de 2004 até a Data de Emissão (conforme definida abaixo).

4.3.2.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa Selic quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa Selic conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa Selic.

4.3.3. A subscrição será efetuada no terceiro dia útil a contar da Data de Emissão, inclusive, por meio dos procedimentos da CETIP, para as integralizações efetuadas de acordo com o inciso I, e diretamente com o Banco Coordenador, para as integralizações efetuadas de acordo com o inciso II abaixo. O pagamento do Preço de Emissão Unitário deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), mediante:

- I. dação em pagamento e imediato cancelamento das debêntures emitidas nos termos da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis e com Garantia Flutuante da Primeira Emissão de Companhia Energética do Maranhão – Cemar" (conforme re-ratificada e aditada de tempos em tempos) conforme relação abaixo ("Debêntures da Primeira Emissão"), pelo seu saldo devedor em 29 de fevereiro de 2004, atualizado daquela data até a Data de Emissão de acordo com a variação da Taxa Selic:

Debêntures da Primeira Emissão		
Debenturista Original	Saldo Devedor em 29.02.04	Nº de Debêntures da Primeira Emissão
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	R\$ 40.254.289,00	3.225
Bank Boston Banco Múltiplo S.A.	R\$ 42.713.234,00	3.422
Top Renda Mix FIF	R\$17.112.754,00	1.371
Sumatra FIF	R\$1.410.460,00	113
Itaú Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	R\$ 24.539.514,00	1.966
Mellon Guarujá FIF	R\$ 986.074,00	79
Mellon Farol FIF	R\$ 3.457.500,00	277
Mellon Credit FIF	R\$ 998.556,00	80
FRFIGBN FIF	R\$ 1.460.388,00	117
ABN Amro DAM DI Cisão FIF	R\$ 13.667.735,00	1.095
ABN Amro DAM RF Cisão FIF	R\$ 2.496.390,00	200
Dresdner Bank Lateinamerika AG	R\$ 31.179.912,00	2.498
Fundo BIC FLX de Renda Fixa	R\$ 1.373.015,00	110

e/ou, através da

- II. cessão de quaisquer dos seguintes créditos de titularidade dos subscritores contra a Emissora, pelo valor do saldo devedor em 29 de fevereiro de 2004, atualizado daquela data até a Data de Emissão de acordo com a variação da Taxa Selic:

Créditos Financeiros		
Credor Original	Saldo Devedor em 29.02.04	Nº do Contrato
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	R\$21.018.712,00	008/01
Bank Boston Banco Múltiplo S.A.	R\$15.319.960,00	08095930 e 08771715
Dresdner Bank Lateinamerika AG	R\$12.509.032,00	231.320-3
Banco ABC Brasil S.A.	R\$6.855.916,00	22110502

#### 4.4. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures ("Data de Emissão") será o primeiro dia útil após a publicação de Comunicado ao Mercado pela Companhia informando o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários. O referido comunicado deverá ser publicado no jornal Valor Econômico.

#### 4.5. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 73.642 (setenta e três mil, seiscentas e quarenta e duas) Debêntures.

#### 4.6. Montante Mínimo

Não haverá quantidade mínima de valores mobiliários ou montante mínimo de recursos para os quais será mantida a oferta pública das Debêntures.

#### 4.7. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento das Debêntures ocorrerá em 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, inclusive, ocasião em que a EMISSORA procederá à amortização final das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação.

#### 4.8. Forma

As Debêntures serão Escriturais, em conta de depósito em nome de seus titulares no Banco Itaú S.A. ("Instituição Depositária") ou em qualquer outra instituição financeira ou entidade autorizada a prestar tal serviço que, por decisão mútua do Conselho de Administração da EMISSORA e do AGENTE FIDUCIÁRIO, venha a substituí-lo, ficando estabelecido que os custos a serem pagos à Instituição Depositária correrão por conta da EMISSORA.

#### 4.9. Conversibilidade

As Debêntures serão conversíveis em ações da EMISSORA, nos termos e condições constantes desta Escritura:

4.9.1 A conversão das Debêntures somente poderá ser exercida após 40 (quarenta) meses contados da Data de Emissão ("Data de Início da Conversão") e dentro de um período único de 30 (trinta) dias contados a partir da Data de Início da Conversão.

4.9.2 A conversão somente poderá ser exercida se a EMISSORA atingir, de forma cumulativa, as seguintes metas de performance:

- (i) LAJIDA ANUAL da EMISSORA no momento do exercício do direito de conversão (calculado com base nos balancetes dos últimos quatro trimestres

aprovados pela EMISSORA e revisados pelos seus auditores) ser superior a 3 vezes o LAJIDA da EMISSORA do ano de 2004, corrigida, a partir de 01 de janeiro de 2005 de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, aferido pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), até a data do último balancete utilizado na apuração do Lajida Anual da Emissora acima referido, ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha a substituí-lo, de modo mais similar ao IGP-M;

PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO DA EMISSORA / LAJIDA ANUAL da EMISSORA no momento do exercício do direito de conversão (calculado com base nos balancetes dos últimos quatro trimestres aprovados pela EMISSORA e revisados pelos seus auditores) ser inferior a 1,0 (uma)x; e

LAJIDA ANUAL da EMISSORA no momento do exercício do direito de conversão (calculado com base nos balancetes dos últimos quatro trimestres aprovados pela EMISSORA e revisados pelos seus auditores) / DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS DA EMISSORA (calculadas com base nos balancetes dos últimos quatro trimestres aprovados pela EMISSORA e revisados pelos seus auditores) ser superior a 5.0 (cinco)x;

Onde:

"PASSIVO ONEROSO DA EMISSORA" - significa os empréstimos e financiamentos da CEMAR, excluída (i) a dívida contraída perante o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - BNDES por conta da celebração do Acordo Geral do Setor Elétrico, e (ii) a dívida no montante de R\$ 93.511.548,72 (noventa e três milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) contraída perante a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás nos termos do Contrato ECF-1960/99, acrescida de todos e quaisquer encargos, juros e multas aplicáveis;

"PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO DA EMISSORA" - significa o PASSIVO ONEROSO DA EMISSORA deduzindo-se (i) as disponibilidades da CEMAR (inclusive caixa e aplicações financeiras), e (ii) os recebíveis decorrentes de subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Residencial Baixa Renda (conforme definido na legislação vigente);

"DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS DA EMISSORA" - significa as despesas financeiras líquidas da CEMAR efetivamente desembolsadas no trimestre somadas às despesas financeiras líquidas da CEMAR efetivamente desembolsadas nos três trimestres anteriores. Para os fins aqui tratados a Emissora fará com que sejam destacadas nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras as despesas financeiras líquidas da Emissora efetivamente desembolsadas;

“LAJIDA TRIMESTRAL DA EMISSORA” – significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização no trimestre, excluídas as despesas não recorrentes. Para os fins aqui tratados a Emissora fará com que sejam destacadas nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras as despesas recorrentes acaso incorridas; e

“LAJIDA ANUAL DA EMISSORA” – significa o LAJIDA TRIMESTRAL DA EMISSORA no trimestre somado ao LAJIDA TRIMESTRAL DA CEMAR nos três trimestres anteriores.

4.9.3 Observado o disposto na cláusula 4.9.1 e 4.9.2, cada Debênture subscrita poderá ser convertida em um lote composto de 50% de ações preferenciais classe A e de 50% de ações preferenciais classe B, sem valor nominal, de emissão da EMISSORA, com as vantagens previstas no Estatuto Social da EMISSORA, sendo a quantidade total de ações do referido lote definida de acordo com a fórmula abaixo:

$$NA = \frac{ND \times NM \times 6,5334 + BC}{0,0187142} \times 1000$$

onde:

NA – número de ações a serem recebidas na conversão;

ND – número de Debêntures a serem convertidas em ações;

NM – número de meses entre o mês da data de conversão das Debêntures e o sexagésimo mês após a primeira amortização das Debêntures; e

BC – bônus de continuidade a partir do trigésimo-sétimo mês após a primeira amortização das Debêntures, calculado *pro rata temporis*, multiplicado pelo percentual de Debêntures a serem convertidas em ações.

4.9.4 Os detentores das Debêntures poderão optar pela conversão respeitado o disposto nos itens 4.9.1 e 4.9.2 acima e deverão manifestar sua intenção por meio de envio de sua solicitação de conversão ao Banco Itaú S.A. (“Banco Mandatário”), inscrito no CNPJ/MF sob o número 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Egidio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaú, nº 100, departamento de serviços à acionistas, ou à CETIP. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão (“Data de Conversão”) a data do recebimento do respectivo pedido pela EMISSORA através do Banco Mandatário ou pela CETIP.

4.9.5 A conversão de qualquer Debênture em ações de emissão da EMISSORA implicará, automaticamente, o cancelamento da respectiva Debênture, bem como a perda dos direitos referentes às Debêntures previstos nesta Escritura, ressalvado o direito à percepção dos juros remuneratórios e bônus de continuidade, na forma prevista nas cláusulas 4.12 e 4.16, calculados *pro rata temporis* da data do último pagamento de juros e da data do último pagamento de bônus de continuidade, respectivamente, até a Data de Conversão.

4.9.6 As ações resultantes da conversão farão jus a dividendos integrais deliberados após a respectiva Data de Conversão.

4.9.7 As ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B que vierem a ser emitidas em razão da solicitação de conversão terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B representativas do capital social da EMISSORA, nos termos de seu Estatuto Social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da Data de Conversão.

4.9.8 Os aumentos de capital decorrentes da conversão das Debêntures em ações de emissão da EMISSORA, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº. 6.404/76 e no Estatuto Social da EMISSORA, serão homologados em até 30 (trinta) dias após o término do prazo para conversão das Debêntures, estipulado na cláusula 4.9.1 acima e arquivados na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

4.9.9 A quantidade de ações estipulada na cláusula 4.9.3, decorrente da conversão das Debêntures, será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data de Emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

#### 4.10. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, tendo privilégio geral sobre ativos da EMISSORA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei 6.404/76. A garantia flutuante ora outorgada é limitada, conforme orientação da Agência Nacional de Energia Elétrica, ao produto de eventual indenização dos bens reversíveis na hipótese de extinção da Concessão detida pela Emissora, até o valor dos débitos não liquidados com os detentores das Debêntures.

#### 4.11. Amortização Programada

As Debêntures serão amortizadas em parcelas, conforme a seguinte programação, e respeitados os valores abaixo definidos:

(i) em uma parcela no valor de R\$607,9960 por Debênture, a ser paga 10 (dez) dias contados da Data de Emissão das Debêntures, inclusive, atualizado de 29 de fevereiro de 2004 até a Data de Emissão de acordo com a variação da Taxa Selic; e

(ii) 60 (sessenta) parcelas mensais, consecutivas e iguais no valor de R\$6,5334 por Debênture, atualizado de 29 de fevereiro de 2004 até a Data de Emissão das Debêntures de acordo com a variação da Taxa Selic, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a Data de Emissão das Debêntures, inclusive, e as demais parcelas no mesmo dia dos meses subsequentes.

2

#### 4.12. Remuneração das Debêntures

4.12.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano, a partir da Data de Integralização ("Remuneração").

4.12.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e incidirá sobre o montante do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado na forma do item 4.3.2 até a Data de Emissão, não se aplicando, todavia, a parcela elencada no item 4.11, (i) acima.

#### 4.13 Periodicidade da Remuneração das Debêntures

A Remuneração será paga mensalmente quando do pagamento das parcelas mensais elencadas na cláusula 4.11 (ii) acima.

#### 4.14. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.15. Aquisição pela EMISSORA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação (conforme o definido na cláusula 9.7 desta Escritura) por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário atualizado na forma do item 4.3.2 até a Data de Emissão e acrescido da remuneração à época devida, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

#### 4.16. Bônus de Continuidade

Em contrapartida dos créditos cedidos a companhia, mediante a subscrição e integralização das Debêntures, os Debenturistas farão jus a um bônus de continuidade ("Bônus de Continuidade"), que será pago a cada 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão das Debêntures e será calculado através da seguinte fórmula:

$$Bônus_m = \sum_{n=m-11}^n \left[ (Amort_n + Juros_n) \times \left( \frac{NIIGPM_n}{NIIGPM_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:

Bônus<sub>m</sub> = Valor em reais a ser pago no m-ésimo mês contado da Data de Emissão, inclusive, onde m será igual a 12, 24, 36, 48 ou 60, conforme o mês da data de pagamento do Bônus;

$\text{Amort}_n$  = Valor em reais da n-ésima parcela de amortização definida na Cláusula 4.11 (ii);

$\text{Juros}_n$  = Valor em reais da n-ésima parcela de juros;

$\text{NIIGPM}_n$  = Valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de pagamento de  $\text{Amort}_n$ ;

$\text{NIIGPM}_0$  = Valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês da emissão. No caso de a parcela de amortização definida na Cláusula 4.11.(i) venha a ser paga no mês seguinte ao mês da emissão é o valor do número índice do IGP-M do mês da emissão

Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGPM, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar do IGPM, automaticamente, o novo índice de inflação que vier a ser divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV") em substituição ao IGPM.

O Bônus de Continuidade será pago ao debenturista que for titular das debêntures no fechamento do dia anterior ao dia do respectivo pagamento.

#### **4.17. Resgate Antecipado Facultativo**

4.17.1 A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, por seu Valor Nominal Unitário atualizado na forma do item 4.3.2 até a Data de Emissão e ainda não amortizado, acrescidos dos juros remuneratórios e Bônus de Continuidade, ambos calculados pro rata temporis, assim como encargos moratórios aplicáveis.

4.17.2 Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos da alínea "v" do item 6.5 abaixo, e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.20 abaixo. O resgate antecipado parcial dar-se-á através de operação de compra e venda definitiva, conforme regulamento de operações, no mercado secundário, para as debêntures registradas no SND, ou conforme regulamento da Instituição Depositária no caso do debenturista não estar vinculado a CETIP.

4.17.3 As debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

#### **4.18. Local de Pagamento**

Os pagamentos referentes a todos e quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

#### 4.19 Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Luis, no Estado do Maranhão ou na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.

#### 4.20. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais em que a EMISSORA realiza suas publicações conforme os termos da Lei 6.404/76.

#### 4.21. Aprovação dos Debenturistas

Até a data de amortização final das Debêntures, os seguintes atos não poderão ser realizados pela EMISSORA, sem a prévia aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação:

- (a) concessão de empréstimo, adiantamentos ou ainda assunção de dívidas dos seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas ou a eles coligadas, com exceção da sucessão de obrigações e direitos de sociedades controladoras ou coligadas da EMISSORA decorrentes de operação de incorporação;
- (b) realização de cisão ou constituição de subsidiária mediante a transferência de parte substancial dos ativos da EMISSORA de forma a comprometer de maneira substancial a capacidade de pagamento das Debêntures, conforme atestado em laudo de avaliação elaborado por qualquer das seguintes empresas de auditoria: PriceWaterhouseCoopers, KPMG, Ernst&Young, Trevisan ou Deloitte; e
- (c) cessão, transferência, alienação ou qualquer outra forma de oneração dos direitos emergentes da concessão da EMISSORA, salvo na hipótese de imposição da legislação aplicável, em especial a regulamentação do setor elétrico. Para os fins aqui tratados, direitos emergentes significam, obrigatoriamente, os direitos de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou possam estar vinculados à obrigação de pagamento pelo Poder Concedente à EMISSORA, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis à do Contrato de Concessão, em decorrência da extinção ou término da Concessão, seja por que motivo for, incluindo indenizações devidas por bens reversíveis e investimentos não amortizados, presentes e futuros.e

## 4.22. Vencimento Antecipado

4.22.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO, na ocorrência dos eventos abaixo elencados, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e Bônus de Continuidade devidos à época, ambos calculados *pro rata temporis*, assim como dos encargos moratórios aplicáveis:

(i) Exceto se aprovado por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, distribuição, pela emissora, de dividendos ou juros sobre capital próprio em 2004, sendo permitido, no entanto, a declaração de juros sobre capital próprio, desde que estes não sejam pagos no ano de 2004 e, mesmo após o ano de 2004, enquanto não houver o pagamento da primeira parcela de amortização das Debêntures, nos termos do item 4.11 (i) acima;

(ii) Exceto se aprovado por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e observado o disposto no item 4.22.2, a partir do ano de 2005, apresentação, pela EMISSORA, de quociente resultante da divisão do PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO DA EMISSORA (conforme definição constante na cláusula 4.9.2 desta Escritura) pelo LAJIDA ANUAL DA EMISSORA (conforme definição constante na cláusula 4.6.2 desta Escritura) superior a 4,5 (quatro e meio);

(iii) Exceto se aprovado por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação e observado o disposto no item 4.22.2, apresentação, pela emissora, a partir do ano de 2005 de quociente resultante da divisão do LAJIDA ANUAL DA EMISSORA (conforme definição constante na cláusula 4.9.2 desta Escritura) pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS DA EMISSORA (conforme definição constante na cláusula 4.9.2 desta Escritura) inferior a 1,5 (um e meio);

(iv) transferência, direta ou indireta, do controle acionário da EMISSORA até que seja paga pela EMISSORA a primeira parcela de amortização das Debêntures, nos termos do item 4.11 (i) acima;

(v) não pagamento dos valores das amortizações e juros mensais em atraso após notificação do agente fiduciário, que dará 30 (trinta) dias à EMISSORA para que a mesma efetue o pagamento dos valores em atraso. A notificação de vencimento antecipado acima referida somente poderá ser realizada após o inadimplemento pela EMISSORA de, ao menos, duas parcelas de amortização e juros mensais e a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) dos debenturistas em Assembléia Geral;

(vi) não pagamento do Bônus de Continuidade em atraso após notificação do agente fiduciário, que dará 30 (trinta) dias à EMISSORA para que a mesma efetue o pagamento dos valores em atraso. A notificação de vencimento antecipado acima referida somente poderá ser realizada após o inadimplemento pela EMISSORA por prazo superior a 60 (sessenta) dias, contados da respectiva data de vencimento, e a aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) dos debenturistas em Assembléia Geral; ou

(vii) extinção ou término da Concessão, independentemente da razão de tal fato.

4.22.2 As hipóteses previstas nas alíneas (ii) e (iii) do item 4.22.1 acima somente acarretarão o vencimento antecipado das obrigações constantes desta Escritura (a) caso qualquer desses eventos ocorra por mais de dois trimestres consecutivos, ou (b) caso, após dois trimestres de ocorrência dos citados eventos, a EMISSORA incorra na hipótese prevista no item 4.22.1 alíneas (i) e (ii) acima, ao menos uma vez nos dois trimestres seguintes aos dois trimestres consecutivos de descumprimento.

4.23.3 Os índices descritos nas alíneas (ii) e (iii) do item 4.22.1 acima serão avaliados a cada trimestre e deverão ser apurados com base em números constantes de balancetes aprovados pela EMISSORA e revisados por auditores independentes, em observância aos princípios e normas contábeis aplicáveis às companhias abertas. Para os fins do disposto neste item 4.22 serão utilizadas as definições constantes do item 4.9.2 acima.

#### **4.23. Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força da presente Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescidos de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### **4.24. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**


O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado veiculado na forma indicada na cláusula 4.20, não dará-lhe direito ao recebimento da Remuneração pelo período em que não compareceu para o respectivo recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do vencimento das Debêntures de sua titularidade.

#### **4.25. Comunicações**

4.25.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Companhia Energética do Maranhão  
Avenida Colares Moreira, nº 477  
São Luís - MA  
CEP: 65075-441  
Atu. Carlos Augusto Leite Fiani



Telefone: (98) 217-2310  
Fac-símile: (98) 217-2112  
E-mail: carlos.piani@cemar-ma.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20050-005  
Telefone: 21-2507-1949  
Fac-símile: 21-2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação  
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01009-000  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: gr.debêntures@cetip.com.br

4.25.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja comprovado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem por fac-símile.

4.25.3. A parte que mudar do respectivo endereço ou que tiver qualquer de seus dados acima mencionados alterados deverá comunicar à outra parte o novo endereço para correspondência ou os novos dados, conforme o caso.

## V

### OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Sem prejuízo das suas demais obrigações legais e regulamentares, a EMISSORA obriga-se, ainda, nos termos desta Cláusula Quinta, ao que se segue:

5.1. até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a EMISSORA está obrigada a fornecer ou tornar disponível ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) no prazo legal aplicável para divulgação de informações periódicas, após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere as alíneas (ii) e (iii) da Cláusula 4.22 acima – preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos aplicáveis emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- (b) no prazo legal aplicável para divulgação de informações periódicas, cópia das demonstrações financeiras, revisadas pelos auditores independentes, referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano – explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices e limites a que se refere as alíneas (ii) e (iii) da Cláusula 4.22 acima –, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (c) cópia das informações eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma;
- (d) nas mesmas datas de sua publicação, todos os avisos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas;  
e
- (e) qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário no desempenho de suas funções, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação, inclusive as informações necessárias para apuração dos índices de financeiros a serem observados pela EMISSORA nos termos desta Escritura de Emissão, respeitadas as normas e regulamentos da CVM sobre divulgação de fato relevante.

5.2. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

5.3. efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus Debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;

5.4. manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

5.5. notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou operacionais da EMISSORA que impossibilite ou dificulte de forma

relevante e adversa o cumprimento, pela EMISSORA, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures e da ocorrência de qualquer das hipóteses e condições de vencimento antecipado previstas na cláusula 4.22;

5.6. cumprir as determinações emanadas da CVM que forem dirigidas diretamente à EMISSORA a respeito da Emissão, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM;

5.7. não realizar operações que tenham sido julgadas, em instância final administrativa e judicial, fora do seu objeto social, observado o devido processo legal;

5.8. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas: o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, o AGENTE FIDUCIÁRIO e (ii) os sistemas de negociação no mercado secundário (SND);

5.9. participar das Assembléias de Debenturistas sempre que solicitada. A solicitação aqui tratada deverá ser entregue à EMISSORA por escrito e, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da data da Assembléia de Debenturistas, podendo a EMISSORA participar de tais assembléias, a seu critério, por telefone.

## VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão da presente Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, que neste ato aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;

c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;

d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, não se encontrando em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;

e) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;

f) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;

g) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

h) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

i) esta Escritura constitui obrigação do Agente Fiduciário exequível de acordo com os seus termos e condições.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou a sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

(a) Taxa de implantação de serviços de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) devida no primeiro dia útil após a data de aceitação da proposta de prestação de serviços, não reembolsável, e dedutível do valor da primeira parcela trimestral;


(b) parcelas trimestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira a ser paga em 5 (cinco) dias úteis contados da data de obtenção do registro da emissão na CVM, contra a apresentação da respectiva fatura, e as demais, nas mesmas datas dos trimestres subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro;

(c) a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(d) as remunerações previstas acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

(e) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da taxa de implantação mencionada no item (a) até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro rata die", se necessário.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM ou, ainda, nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:



- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, devendo, neste caso, o oficial do registro notificar a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que modifiquem o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, tenham algum reflexo na presente emissão, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a matéria;
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observado o disposto na cláusula 4.20 desta Escritura;
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à bolsa de valores eventualmente aplicável, na data da realização da assembléia geral de debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de debenturistas;

m) elaborar os relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações, além das estabelecidas no referido dispositivo legal:

- m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
- m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- m.5) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures pela EMISSORA;
- m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados mediante a emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- m.7) relação dos bens e valores entregues a sua administração, se for o caso;
- m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
- m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

n) colocar os relatórios anuais no máximo 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA ao menos nos seguintes locais:

- n.1) na sede da EMISSORA;
- n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- n.3) na CVM;
- n.4) na Bolsa de Valores ou Mercados de Balcão onde as ações da EMISSORA estejam listadas;
- n.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures;

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) comunicar aos Debenturistas, nos termos previstos no subitem (s) abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações da EMISSORA nos termos desta Escritura;

s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que o AGENTE FIDUCIÁRIO tomou, ou deveria ter tomado conhecimento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, CETIP, Emissora e à bolsa de valores eventualmente aplicável;

t) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista na letra (e) da Cláusula 6.2 acima;

u) convocar, quando necessário, assembléia geral de debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de debenturistas; e

v) coordenar o sorteio na hipótese de resgate parcial das Debêntures prevista na cláusula 4.17 acima.

6.6. Na hipótese de inadimplemento da EMISSORA de suas obrigações nesta Escritura, não sanado nos prazos aplicáveis, conforme o caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo para tanto:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observado o disposto na cláusula 4.22;

b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;

c) requerer a falência da EMISSORA; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" da cláusula 6.6 desta Escritura na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na cláusula 4.22 desta Escritura.

6.6.2. AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da cláusula 6.6 se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos Debenturistas detentores das debêntures em circulação. Na hipótese da medida contemplada na alínea (d) da cláusula 6.6, será suficiente a aprovação dos detentores da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, este deverá comunicar tal fato aos Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia a CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo este ser averbado na Junta Comercial na qual será inscrita esta Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.7.6. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, seu substituto receberá a mesma remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO descrita na Cláusula Sexta desta Escritura, em todos os seus termos e condições, a partir da data de início do exercício de suas funções

como AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração constante da cláusula 6.4 desta Escritura poderá ser alterada de comum acordo entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas. Em caso de substituição, o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, na forma da cláusula 4.20. desta Escritura.

6.7.7. Em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação de serviços.

## VII DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas usuais e razoáveis nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

7.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado no prazo de 2 (dois) dias após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) extração de certidões;

(c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e

(d) eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes ao estrito interesses dos Debenturistas.

7.1.3. Em caso de inadimplência da EMISSORA quanto às obrigações oriundas desta Escritura, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente submetidos à aprovação dos Debenturistas e, se aprovadas, adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68, § 5º, da Lei nº 6.404/76, acrescidas à dívida da EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. ~~As despesas com honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos~~

Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.1.4. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma da cláusula 7.1.1. desta Escritura, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## **VIII DA RENÚNCIA**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## **IX DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS**

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas").

9.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

9.4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Todas as deliberações da Assembléia de Debenturistas serão tomadas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (hum) dos votos detidos pelos presentes a respectiva

Assembleia de Debenturistas, excetuando-se (i) as deliberações que se referirem às matérias elencadas no item 4.21 e 4.22 desta Escritura; e (ii) as alterações dos quorum de instalação e deliberação, cuja aprovação dependerá do voto afirmativo de, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos votos dos detentores das Debêntures em Circulação.

9.7. Para efeito de quorum a que se refere esta Cláusula, serão consideradas "Debêntures em Circulação" a totalidade das Debêntures emitidas, excetuadas as Debêntures pertencentes à Emissora, ou qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembleias de Debenturistas.

9.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

## X DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1 A Emissora neste ato declara que:

a) tem competência para celebrar esta Escritura por intermédio de seus representantes legais; e foram praticados todos os atos exigidos em seus documentos constitutivos para autorizar a celebração e execução desta Escritura;

b) esta Escritura é um compromisso válido e obrigatório da Emissora exequível em conformidade com os seus termos e condições;

c) nem a celebração nem a consumação desta Escritura viola (i) qualquer disposição dos seus atos constitutivos ou dos seus estatutos; (ii) lei, norma ou outra restrição de qualquer governo ou órgão governamental ao qual esteja sujeita; (ii) ou quaisquer decisões administrativas ou judiciais ao qual esteja sujeita; e (iii) obrigações assumidas perante terceiros; e

d) nenhum registro, declaração, consentimento ou autorização que possa afetar a validade das obrigações aqui assumidas (exceto aqueles já obtidos e que se encontram em pleno vigor) é necessário para a celebração da Escritura e cumprimento das suas obrigações aqui previstas.

## XI DA DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venham a ser julgadas ilegais, inválidas ou ineficazes, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,

comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## XII DESPESAS

Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a estruturação, emissão, registro, distribuição e execução das Debêntures, incluindo publicações, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## XIII DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura das Debêntures comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

## XIV DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Luis, 2 de setembro de 2004.

  
COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA /   
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. 

Testemunha:

1. Índia Cunha Schramm  
Nome Índia Cunha Schramm  
CPF: 6454 01623 -49  
RG: 9045 7098-3

Testemunha:

2. Luiz Cassio Alves de A  
Nome: Luiz Cassio Alves de A  
CPF: 800 298 604 -15  
RG: 4660 211 SSP/PE